



SOBRE O CASO DA TORTURA NO EXTRA MORUMBI

(Posição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes – CNTV)

É PRECISO COMBATER A LOGICA DE PROTEÇÃO DA MERCADORIA E DOS “BODES EXPIATÓRIOS”



Depois de mais um episódio de tortura praticado por “seguranças” em Supermercado, desta vez no Extra Morumbi, é preciso que se fale algumas verdades sobre o tema “segurança” neste setor da economia.

1) Não há uma política, disposição e profissionais para cuidar da segurança das pessoas nas grandes redes de supermercados, mas tão somente a proteção das mercadorias;

2) As pessoas empregadas nas atividades de segurança neste setor, qualificadas ou não, quando “desatinam” ou exageram no cumprimento da ordem dos seus patrões são simplesmente utilizadas como únicas culpadas. Em verdade são “bodes expiatórios”.

No Extra, Carrefour e tantas outras redes não são poucos os episódios de torturas e assassinatos.

A lógica da proteção da mercadoria é tão clara que o Extra fala, neste caso do Morumbi,

em “equipe de proteção de perdas”, não fala nem possui como foco, a proteção de funcionários e clientes.

E, também nesta lógica, se as pessoas são orientadas para evitar a “perda da mercadoria” a todo custo, o excesso criminoso é seu resultado natural.

Em outras áreas (Shoppings, órgãos públicos, escolas e até mesmo bancos), com uma cultura um pouco mais dirigida a proteção das pessoas, episódios desta natureza são mais raros.

Portanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes – CNTV manifesta sua solidariedade a vítima do Extra Morumbi e a todas as vítimas das redes de supermercados que, por um chocolate ou um pedaço de carne, orientam trabalhadores a torturarem e matarem.

Os verdadeiros profissionais de segurança privada têm compromisso com a vida, a cidadania e a dignidade das pessoas.

Chega “tudo pela mercadoria”.

Chega de “bodes expiatórios”.

Segurança é para proteger, primeiro e sempre, as pessoas.

José Boaventura Santos

Presidente

Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV

Fim da aposentadoria especial é o maior crime da reforma da Previdência, afirma Paim

Medida vai impactar a vida dos profissionais que trabalham sob risco, como vigilantes, eletricitários e químicos, entre outros



O senador Paulo Paim (PT-RS), que tem lutado para defender o interesse dos trabalhadores na reforma da Previdência, afirmou na quinta-feira (19) que o maior crime do texto que tramita na Casa, depois de ter sido aprovado em primeira votação na Câmara dos Deputados, é o fim da aposentadoria especial.

“Vigilantes, guardas de trânsito, guardas municipais, eletricitários, quem trabalha com produtos químicos e explosivos... Retiram da Constituição a palavra ‘periculosidade’. Ou seja, proíbem quem trabalha em área de alto risco, com essa supressão, e deixam lá depois, afirmando que é proibido aposentadoria por periculosidade. Isso para mim é o maior crime que essa reforma comete”, disse à Rádio Senado.

O texto da reforma da Previdência estabelece regras mais brandas de aposentadoria para policiais federais, civis, agentes penitenciários e educativos. Além de policiais militares, e bombeiros.

O texto retira do regime especial os guardas



municipais, vigilantes e agentes de trânsito que passam a ficar sujeitos às mesmas regras dos demais servidores, 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, com 25 anos de contribuição.

O secretário da Federação Nacional dos Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil, José Rogério, disse que a diferença na aposentadoria desses trabalhadores não é um privilégio, mas uma necessidade

“Não faltam evidências de que nós, guardas municipais, somos submetidos a condições excepcionais na nossa árdua tarefa de garantir a segurança da população. Longe, mas longe mesmo de querermos privilégio, ou somente um direito. A aposentadoria especial para os guardas é inegavelmente uma questão de justiça. E infelizmente tanto o governo federal quanto a Câmara dos Deputados cometeram uma tremenda injustiça.”

Fonte: *Com informações da Lívia Torres, da Rádio Senado.

SVNIT vai a Brasília pedir regras especiais na reforma da Previdência



Representantes da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e de sindicatos filiados reivindicaram as mesmas regras especiais concedidas aos policiais na Reforma da Previdência. O protesto foi feito durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), realizada nesta quinta-feira (19/09) no Senado Federal.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região (SVNIT e Secretário Geral da CNTV, Cláudio Vigilante, participou da audiência e classificou o debate como de suma importância para a categoria.

As reivindicações também tiveram o reforço de guardas municipais e agentes de trânsito. O Senado deve votar a Reforma da Previdência (PEC 6/2019) na próxima semana.

O objetivo das corporações é proteger as instalações públicas das cidades, fazer vigilância e policiamento e colaborar com as demais forças de segurança. A atividade é regulamentada desde 2014 (Lei 13.022).

José Boaventura Santos, presidente da CNTV, afirmou que os vigilantes também estão sujeitos a riscos que acometem os policiais mas, ao contrário das forças de segurança pública, têm

muito menos estrutura institucional a seu favor.

“Fazemos exame psicológico a cada dois anos e um exame médico anual de forma muito precária. Não temos apoio psicossocial nem humano. Quando [um vigilante] tem problema, recorre somente ao sindicato, porque o que a empresa mais faz nesse momento é virar as costas”, disse.

Segundo Boaventura, desde 2015 as mortes de vigilantes em ações violentas contra carros-fortes cresceram 233% — foram 25 óbitos no período. O número de feridos nesses ataques também subiu.

Outra dificuldade é o fato de que, na sua avaliação, vigilantes com mais de 50 anos têm grande dificuldade de conseguir emprego. Dessa forma, é inviável para a categoria acumular os anos de contribuição previdenciária necessários para uma aposentadoria decente, pelas regras da reforma.

A audiência foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e contou também com a participação do deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Com informações da Agência Senado
Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

COMUNICADO URGENTE AOS VIGILANTES DA G4S



A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Marica/RJ, está visitando diariamente os postos de serviço na nossa base territorial entregando o jornal do Sindicato Svnit. Nestas visitas, recebemos várias reclamações de que o supervisor de Rota da Empresa G4S, senhor Alex, não está recebendo os atestados médicos particulares entregues pelos vigilantes sob a alegação de que a empresa não aceita atestado médico particular. Este fato nos deixou preocupados porque já tínhamos tido um problema anteriormente sobre a mesma situação e tinha sido resolvido. O supervisor e a empresa G4S tem conhecimento dos termos da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e não poderiam agir dessa forma prejudicando os trabalhadores.

Procuramos falar com a empresa no Rio de Janeiro, nos dias 15 e 16 de setembro e como não tivemos sucesso, entramos em contato com a empresa em São Paulo. Lá, conversamos com o Senhor Mário que nos ouviu e ficou de buscar solucionar o problema.

A cláusula da CCT determina que a empresa tem que receber os atestados médicos das clínicas particulares conveniadas com o sindicato e também no seu parágrafo único determina que todos os atestados médicos, independentemente, de sua origem, tem que ser entregues na empresa e isso inclui os atestados médicos particulares. Se a empresa tiver atendimento médico próprio pode reavaliar o paciente, se não, tem que receber o atestado e consequentemente abonar o dia da falta.

A direção do Sindicato comunicou a empresa que irá denunciar a mesma ao MPT e ao MTE por descumprimento da CCT se continuar com

esse comportamento.

O Senhor Mario, do Setor de Relações Sindicais da G4S, em São Paulo, procurou se informar com o jurídico da empresa em SP e detectou que a empresa tem que cumprir a CCT no tocante ao recebimento dos atestados médicos particulares e na sexta-feira, dia 20/09/19, nos comunicaram, via telefone, que já tinham avisado aos setores de Departamento Pessoal e Operações no Rio de Janeiro, que devem receber os atestados médicos particulares apresentados pelos Vigilantes, conforme determina a Convenção Coletiva, sendo que o dia da falta tem que ser abonado.

Agradecemos ao Sr. MARIO pelo retorno e também por determinar que a empresa aqui no Rio de Janeiro cumpra com a CCT e trate os seus funcionários com mais respeito.

Por esse motivo a diretoria do Sindicato dia Vigilantes de Niterói e regiões (Svnit), comunica a todos os Vigilantes da nossa base territorial que, se houve recusa do supervisor em receber o seu atestado médico e a empresa descontar indevidamente o seu dia de trabalho, entregue o atestado novamente pra ele, e mande por email para a empresa com cópia para email do sindicato: secretariasvnit@gmail.com, solicitando o reembolso do dia descontado que vamos acompanhar o desfecho da situação, onde deverá ser reembolsado o valor ou valores descontados por não terem aceitado o atestado médico.

Se não o fizerem, iremos buscar resolver em São Paulo.

Informamos ainda, que essa situação do Atestado médico está acontecendo em todo o Estado do Rio de Janeiro, mas só poderemos intervir na base territorial do nosso Sindicato, portanto, se os companheiros estiverem com os mesmos problemas no seu município, devem procurar o Sindicato da sua base e fazer a reclamação para que possam buscar resolver, já que todas as entidades possuem a mesma Cláusula na Convenção Coletiva delas.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói

Vigilantes entram em greve na UFMA e medo toma conta dos universitários



Os vigilantes que trabalham nos prédios da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), na capital e no interior, cruzaram os braços por conta de dois meses de salários atrasados. A categoria estava em greve desde o último dia 16, sendo que a ausência dos profissionais causou uma sensação de insegurança nos campi. Em virtude da paralisação e do risco de assaltos, algumas aulas do período noturno foram canceladas.

A greve foi deflagrada após decisão do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindivig/MA). A entidade afirmou que aproximadamente 45% dos 180 vigilantes que trabalham nos prédios da Ufma, na capital e interior, cruzaram os braços. A paralisação ocorreu, além do Campus do Bacanga, nos campos da Ufma de outras cidades maranhenses, como Caxias, Imperatriz, Bacabal, Codó e Chapadinha.

“Estávamos em um impasse. Só iríamos voltar a trabalhar quando recebermos. A empresa está nos devendo dois meses de salários atrasados. Recebemos uma parte e a greve foi suspensa até o dia 10/10, com a promessa de que até esta data tudo estaria resolvido. Os trabalhadores resolveram aguardar o andamento desta negociação e tudo seja normalizado”, declarou Daniel Pavão Rocha, presidente do Sindivig/MA. Ele disse que os vigilantes que aderiram à greve ficaram concentrados de manhã na sede do Sindicato, na Rua dos Afogados, região central de São Luís.

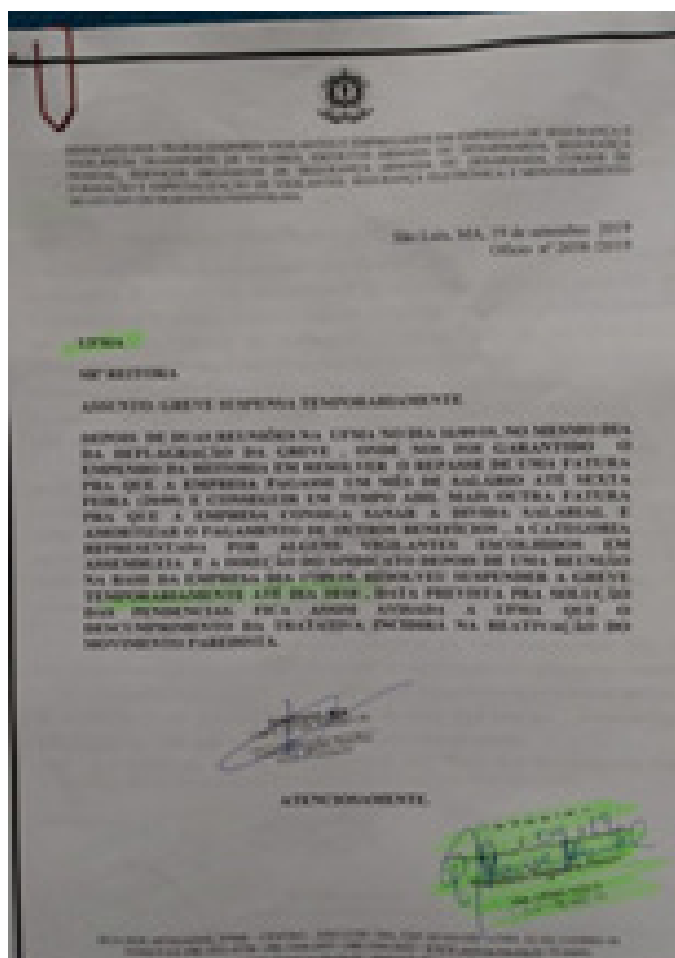
De acordo com Daniel, somente na segunda-feira, 16, duas reuniões ocorreram entre a categoria e a Ufma, responsável pelo repasse do dinheiro à empresa de segurança privada, mas nada foi resolvido. Hoje, dia 23, houve outro encontro com a proposta para que a questão seja solucionada.

Enquanto o pagamento dos salários

atrasados dos vigilantes não foi efetuado, os universitários e funcionários sofreram com o medo de assalto e atos de vandalismo nos prédios da Ufma. No Centro de Ciências Sociais (CCSO), Campus do Bacanga, comunicados foram fixados em alguns trechos. A diretoria do CCSO informou, nesses papéis, que determinados portões estavam fechados devido à ausência dos vigilantes.

“A gente esteve vulnerável aqui. Não sei como isso vai ser resolvido, mas, a qualquer momento, podemos ser surpreendidos com a presença de criminosos nos corredores e até nas salas, durante as aulas sem seguranças. Pelo menos o vigilante intimida os bandidos”, comentou Diana Dolores, que está cursando Biblioteconomia. Outros universitários abordados disseram que aulas foram suspensas à noite em virtude da greve dos vigilantes.

Fonte: Enquanto Isso no Maranhão



ALBA SEDIA ATO EM DEFESA DA PERMANÊNCIA DA PETROBRÁS NA BAHIA



Um ato público em defesa da Petrobras, com a criação de uma rede de apoio pela permanência da estatal no Estado, foi realizado nesta segunda-feira (23), na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). O evento é uma iniciativa da bancada do PT na Casa, em parceria com o Sindicato de Petroleiros da Bahia (Sindipetro).

A liderança do PT na ALBA informou que, entre os convidados, estavam o geólogo Guilherme Estrela, ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, responsável pela descoberta do Pré-Sal; o pesquisador William Nozaki, do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep); e Vagner Freitas, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o deputado Federal Nelson Pellegrino, dentre outros.

As atividades da Petrobras na Bahia compreendem a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), a Transpetro, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), a Petrobras Biocombustíveis (PBio), o prédio administrativo (Ediba), termoeletricas e campos terrestres.



Dirigentes do Sindvigilantes/BA e o Senador Jaques Vagner

Segundo o Sindipetro, além do possível fechamento da Ediba, “resultando na transferência da maioria dos cerca de 1.500 trabalhadores diretos e na rescisão dos cerca de 2 mil terceirizados”, há grave impacto na economia do estado. O ato reuniu dirigentes sindicais, trabalhadores do setor de petróleo e gás, parlamentares, prefeitos, secretários estaduais, vigilantes, entre outros representantes da sociedade civil.

O Sindicato dos Vigilantes da Bahia esteve presente.

Fonte: ALBA com alterações da CNTV

Política de desvalorização do salário mínimo aumentará pobreza, alerta senador Paim



O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou nesta quarta-feira (18), em Plenário, o governo Bolsonaro por, a cada dia, acabar com a política de valorização do salário mínimo, atualmente fixado em R\$ 998,00. Na sua opinião, deixar o salário mínimo sem reajustes terá consequências drásticas à economia do Brasil, além de agravar ainda mais a situação da população de baixa renda.

De acordo com o senador, o governo já iniciou, na prática, a política de desvalorização do salário mínimo ao extinguir a correção automática do valor pela inflação mais o Produto Interno Bruto (PIB), o que era fixado por lei até

2019. Agora, continuou Paim, ao anunciar o congelamento do valor do salário mínimo por dois anos, além de violar a Constituição que garante a manutenção do poder de compra do salário básico da sociedade, seria desastroso também para o resto da economia nacional.

“É bom lembrar ao governo, que, para cada R\$ 1,00 a menos no salário mínimo, ele próprio perde de arrecadar R\$ 0,54 em tributos. Onde vamos chegar? Na miséria total da população? Na fome coletiva? Em mais desemprego? Se não existe poder de compra, o empregador não vai produzir estoques para guardar na prateleira. Ele tem de ter para quem vender”, destacou Paim.

“Além disso, o salário mínimo não só é termômetro, como é parâmetro também para os outros salários”, alertou o senador, calculando que, levando em conta também os benefícios previdenciários, cerca de 100 milhões de brasileiros dependem do salário mínimo.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF